

# ‘Paro nacional’ na Argentina: para sindicalista, resposta da população deve ser proporcional à agressão

26/01/2024

Dirigentes esperam influenciar Congresso na discussão de decretos governistas: “Vamos continuar nas ruas”. Em Brasília, centrais sindicais fizeram ato em solidariedade.



Foto: Nicolás Aguilera/AFP

São Paulo – Uma multidão tomou as ruas centrais de Buenos Aires, nesta quarta-feira (24), na primeira greve geral contra o governo [Javier Milei](#), que tomou posse em dezembro e em seguida anunciou uma série de medidas de desregulamentação. Reunidas no Decreto de Necessidade e Urgência (DNU) 70 e o Projeto de Lei de Bases e Pontos de Partida para a Liberdade dos Argentinos, chamada resumidamente de *Lei Ônibus*. Para os trabalhadores da Argentina, projetos de destruição continuarão sendo combatidos. “Pátria não se vende” foi o lema dos protestos neste dia de *paro nacional*.

Para o secretário-geral da Central de Trabalhadores e Trabalhadoras da Argentina (CTA), Hugo “Cachorro” Godoy, o presidente da República quer o controle do poder público. “Os deputados e senadores que validarem isso serão traidores da pátria”, disse em entrevista a uma rádio. Ele acrescentou que os parlamentares precisam ouvir a demanda da população, manifestada nas ruas. “Para rechaçar o DNU e a Lei Ônibus, e não permitir que se governe por decreto contra o povo.”

**Pobreza e fome**

Segundo ele, a resposta, referindo-se ao protesto de hoje, com duração de 12 horas, “tem a ver com a magnitude da agressão”. Ele acusou o governo Milei de “entregar o patrimônio nacional e condenar à pobreza e à fome mais da metade da população argentina”. Para Godoy, as pessoas já estão no limite. “Estamos iniciando um plano de luta que vai continuar. Não sairemos das ruas.” O governo fez bloqueios em alguns pontos, mas não foram registrados incidentes ou conflitos.

Os DNUs são instrumentos legislativos que dão ao Executivo o poder de legislar em situações consideradas extraordinárias – sem passar pelo Congresso. Já a “Lei Ônibus”, originalmente, era um megaprojeto com 664 artigos, que trata de temas como privatização (de todas as empresas públicas), aposentadoria, punições contra protestos de rua, sistema eleitoral, normas ambientais e sistema educacional. Nesta semana, o governo mandou nova versão ao Congresso, cortando parte dos itens, para tentar facilitar a aprovação. Mas enfrenta resistência. Nesse sentido, pode haver nova paralisação na semana que vem.

<https://youtube.com/watch?v=-Ha1was1vms%3Ffeature%3Doembed>

## **“Bala ou prisão?”**

Durante ato na Praça do Congresso – principal ponto de concentração, a dois quilômetros da Casa Rosada –, uma das frases que mais chamaram a atenção foi de Pablo Moyano, líder da Confederação Geral do Trabalho (CGT) e dos caminhoneiros, sobre “atirar no (rio) Riachuelo” o ministro da Economia, Luis Caputo. Depois, comentou com jornalistas: “Te pareceu infeliz quando Espert disse ‘bala ou prisão’?”. Ele se referia a ameaça do deputado governista e direitista José Luis Espert dirigida, ainda em dezembro, a parlamentares de esquerda.

Moyano disse ainda que o presidente Javier Milei já agrediu o próprio papa Francisco, evocou (Margareth) Thatcher e (Ronald) Reagan e “ninguém falou nada”. E completou: “Muitos trabalhadores não têm dinheiro suficiente, não conseguem pagar o aluguel... É uma frase metafórica! Não vamos atirá-lo no Riachuelo!”.

## **Para porta-voz, greve é “política”**

Já o porta-voz do governo, Manuel Adorni, declarou que a greve convocada pela CGT é um movimento mais político do que em defesa dos trabalhadores. E reafirmou que o governo descontará o dia de funcionários do setor estatal que não foram trabalhar. Enquanto isso, a ministra da Segurança, Patricia Bullrich, publicava vídeos nas redes sociais para passar a ideia de que este era um dia normal na Argentina. O movimento atingiu diversos setores da economia, como transportes, educação, bancos e serviços públicos. Alguns voos foram cancelados.

Em Brasília, centrais sindicais fizeram manifestação diante da Embaixada da Argentina, em solidariedade aos trabalhadores do país vizinho. Os dirigentes brasileiros pediram diálogo do governo Milei com sindicalistas argentinos, além da revogação do DNU e da “Lei Ônibus”. “Ambos retiram direitos dos trabalhadores e aumentam a desigualdade social na Argentina”, afirmam.



Foto: Leandro Gomes/CUT-DF

O presidente da CUT, Sérgio Nobre, comparou a situação atualmente vivida na Argentina com a do Brasil pouco tempo atrás. “A nossa solidariedade é porque nós vivemos, no desgoverno de Bolsonaro, quatro anos de ataques às instituições, à democracia, em especial ao movimento sindical e ao movimento popular. Nós passamos por isso e é por conta disso que o povo argentino hoje está lutando porque eles estão vivendo aquilo que a gente viveu há quatro anos atrás. Aqui no Brasil nós resistimos, lutamos e vencemos”, afirmou.

*Via Rede Brasil Atual.*